

DESCRIÇÃO DE PERFIL PROFISSIONAL DESEJÁVEL - CCE E FCE - NÍVEIS 11 A 17
([PORTARIA SEGES/ME Nº 14.399, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2021](#))

DO CARGO	
Nome do cargo	Diretor de Programa.
Nível do cargo	CCE 3.15
Órgão de atuação	Ministério de Minas e Energia
Requisitos Legais	<p>- Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990: Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;</p> <p>- Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023: Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nºs 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 14.204, de 16 de setembro de 2021, 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 13.334, de 13 de setembro de 2016, 12.897, de 18 de dezembro de 2013, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 9.069, de 29 de junho de 1995, e 10.668, de 14 de maio de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 13.844, de 18 de junho de 2019, 13.901, de 11 de novembro de 2019, 14.261, de 16 de dezembro de 2021, e as Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, e 14.074, de 14 de outubro de 2020.</p> <p>- Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021: Regulamenta a Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, que simplifica a gestão de cargas em comissão e funções de confiança na administração pública federal direta, autárquica e fundamental, e altera o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019.</p> <p>- Decreto nº 11.492, de 17 de abril de 2023 alterado pelo Decreto nº 12.698, de 28 de outubro de 2025: Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério de Minas e Energia e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.</p>
DOS CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS	
CrITÉrios Gerais	Conforme o art. 9º da Lei nº 14.204, de 2021: Idoneidade moral e reputação ilibada; Perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo em comissão ou com a função de confiança para o qual tenha sido indicado; e, não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 .
CrITÉrios específicos	<p>I - possuir experiência profissional de, no mínimo, seis anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função;</p> <p>II - ter ocupado cargo em comissão ou função de confiança equivalente a CCE de nível 13 ou superior em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, seis anos;</p> <p>III - possuir título de mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função; ou</p> <p>IV - ter realizado ações de desenvolvimento de liderança, estabelecidas pelo Ministério da Economia, com carga horária mínima de cento e vinte horas.</p>
DAS RESPONSABILIDADES	

DESCRIÇÃO DE PERFIL PROFISSIONAL DESEJÁVEL - CCE E FCE - NÍVEIS 11 A 17
([PORTARIA SEGES/ME Nº 14.399, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2021](#))

<p>Principais responsabilidades</p>	<ul style="list-style-type: none"> Assessorar o Secretário na formulação e acompanhamento de políticas e programas da Secretaria, substituindo-o em suas ausências; Coordenar estudos de planejamento energético setorial, incluindo o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) e integração energética internacional e gestão de informações energéticas; Supervisionar processos de outorgas, concessões, autorizações e leilões de energia elétrica e transmissão; Apoiar a execução de programas e projetos prioritários em renováveis, eficiência energética, armazenamento e tecnologias de baixo carbono; Promover a articulação técnica e institucional com agências reguladoras, órgãos públicos, concessionárias e organismos internacionais;
<p>Escopo de Gestão/Equipe de Trabalho</p>	<ul style="list-style-type: none"> Coordenar equipes técnicas e administrativas responsáveis por estudos, programas e projetos da Secretaria; Gerir profissionais especializados em planejamento energético, regulação, concessões, inovação e políticas de transição energética; Garantir integração entre áreas internas, assegurando eficiência na execução de políticas, programas e projetos estratégicos.
<p>DOS REQUISITOS DESEJÁVEIS</p>	
<p>Formação e Experiência</p>	<p>Graduação em Engenharia, Economia, Ciências Políticas, Direito ou áreas correlatas, preferencialmente com pós-graduação ou mestrado em Energia, Planejamento Energético, Políticas Públicas, Economia da Energia ou áreas afins;</p>
<p>Competências</p>	<ul style="list-style-type: none"> Orientação para resultados: capacidade de garantir que políticas, programas e projetos sejam executados com eficiência e impacto estratégico; Visão sistêmica: compreender a integração entre planejamento energético, políticas públicas, regulação e transição energética; Compartilhamento de informações e conhecimentos: promover a disseminação de dados, estudos e melhores práticas entre áreas internas e externas; Liderança de equipes: conduzir, motivar e orientar equipes multidisciplinares em projetos; Capacidade de articulação institucional: interagir com órgãos públicos, reguladores, concessionárias, organismos internacionais e setores privados.
<p>Outros Requisitos</p>	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilidade para viagens nacionais e internacionais em razão da articulação institucional e cooperação internacional; Experiência prévia em conselhos, comitês ou grupos de trabalho interinstitucionais; Reconhecimento técnico ou institucional no setor energético como referência em planejamento e transição energética.